

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XIX

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_13](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_13)

ISSN: 0084-9189



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1980

F. ARIAS VILLAS, P. LE ROUX, A. TRANOY, *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, Publications du Centre Pierre Paris, Paris, 1979, VI + 158 p. + XXXIII pi.

Lê-se no prefácio, assinado por Robert Étienne, que o presente volume — muito bem apresentado — dá corpo à doutrina exposta no Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (Constantza 1977) acerca da intenção que o Centre Pierre Paris tem de proceder à publicação sistemática, em língua francesa, da epigrafia romana peninsular, dentro de critérios pelo próprio Centre P. Paris pré-estabelecidos. Em relação a Portugal, aí se afirma que o critério geográfico adoptado será o dos distritos.

Tememos que o projecto, em si óptimo, venha encontrar dificuldades por dois lados: da parte da Academia de Berlim, que já lançou as bases dum protocolo a assinar com os epigrafistas espanhóis e portugueses em vista à publicação do 2.º suplemento do CIL II; e da parte desses mesmos epigrafistas, com projectos a nível nacional e a quem o enunciado do projecto do C.P.P. poderá ter colhido de surpresa: a publicação das inscrições do *conventus Pacensis*, que preparamos, não obedece ao critério «distrital» e multiplicam-se, no país vizinho, edições epigráficas em língua espanhola a cargo das universidades (v.g.: *Autrigonia Romana*, de José Maria Solana Sainz, Universidad de Valladolid 1978) ou das *diputaciones* provinciais (é o caso de *Inscripciones Romanas de Valentia*, de Gerardo Pereira Menaut, 1979).

Seguindo moldes já testados para a epigrafia de Conimbriga (*Fouilles de Conimbriga* II, Paris 1967), este volume regista, porém, algumas diferenças que nos surpreenderam: maior atenção ao suporte material da epígrafe (sem no entanto se darem as diferentes medidas do capitel, do fuste e da base das aras); não-medição dos espaços interlineares; discussão paleográfica extremamente sintética (não existe, por exemplo, no n.º 81, inédito, nem no n.º 83, onde a hipótese SERANI F(*ilia*) seria de considerar); comentário histórico muito curto. A quase totalidade das 101 inscrições estudadas não é inédita, isso justificaria a discussão dos aspectos em que é proposta nova interpre-

tação; para além da vantagem, inegável, de reunir num só volume textos dispersos, o volume teria tido assim essa outra, dado que nem sempre as fotos apresentadas apoiam incondicionalmente a proposta feita, nomeadamente quando não são poucas as variantes de leitura — falamos, por exemplo, dos n.ºs 6, 11, 13, 14, 19, 32...

Numa perspectiva de história global, visando detectar as clivagens sociais e as mentalidades (p. V), este *corpus* acaba por se debruçar de modo particular sobre as dificuldades e originalidade das práticas epigráficas (conclusão), onde, do texto, só são abordados os «traços linguísticos e onomásticos» (p. 120-121). Para os autores, o que interessa é saber como essas práticas «podem situar-se no tempo e que luz trazem sobre o valor histórico da documentação epigráfica» (p. 112). Só na conclusão, portanto, é abordado o problema da datação dos textos: dum ponto de vista prático, de facilidade de consulta, preferiríamos que — não obstante essa abordagem geral — a proposta de datação fosse apresentada também no comentário individual.

A introdução (p. 1-26) estuda a geografia da província de Lugo, a sua história, as fontes da sua epigrafia e a metodologia usada na apresentação das epígrafes: 1.^a parte, cidade; 2.^a parte, província — sempre pela ordem seguida por Hübner, e nos moldes das *Fouilles de Conimbriga* II.

Após a conclusão, vem a bibliografia. A este propósito, assinalemos a dificuldade que pode encontrar-se para identificar, por exemplo, o sentido da nota 16 da p. 68 — ABEL p. 114-115 — quando, na bibliografia, há duas obras desse autor; ou a referência VASCONCELOS (p. 34 n.º 15) quando na bibliografia este autor vem citado (erradamente) em LEITE DE VASCONCELOS. Por outro lado, talvez fosse preferível que a tábua de abreviaturas precedesse a bibliografia, se não mesmo o catálogo propriamente dito, onde elas são utilizadas.

A obra apresenta dois índices: os epigráficos só se referem directamente aos textos das inscrições e seguem, *grosso modo*, os itens habituais. Gostaríamos de ter visto, em *notabilia varia*, a *nominum ratio*, dado que a onomástica de Lugo apresenta aspectos curiosos (filiação antes do nome, gentilícios comuns a vários cognomes...). Aliás, a este respeito, julgamos controverso considerar *Licinia*, *Messia* e outros nomes em - *ius*, - *ia*, «cognomes indígenas» (p. 120): é por demais conhecida a utilização de *nomina* femininos latinos como cognomes.

Tudo o que vem nos índices epigráficos é, depois, repetido e completado nos índices gerais. Se achamos discutível a utilidade dessa repetição — assim como a utilidade da inclusão dum índice das fontes citadas — também nos não parecem claros os critérios adoptados nesses outros índices (*rerum*, geográfico e etnográfico, onomástico). Exemplifiquemos:

— Conimbriga é referida nas p. V, 53, 57 e 113, que não vêm citadas no índice;

— Caldas de Vizela (p. 37 e 38, por exemplo) não é citada;

— Lugo: porque é referida a pág. 56 e não a 111? Tratando-se dum livro sobre Lugo, não seria de excluir estas referências?

- Chaves (p. 38) não é citada;
- *Bormanicus* (p. 37) aparece sob a forma de *Reus* (?) *Bormanicus*, mas *Bormanus* (p. 37 n.º 28) não é citado;
- *Rhea* não é só 34, é também 37 n.º 31;
- *Coronus* (p. 35 n.º 20) não é referido.

São, dum modo geral, boas as fotografias apresentadas. Estranhamos, porém, que o director do Museu de Lugo, co-autor do volume, não tenha podido retirar das peças, para as fotografar, as placas identificativas (supomos que o sejam, porque não se explica se há números de inventário no Museu)*, placas altamente inestéticas e que já contradizem os modernos conceitos museológicos (veja-se logo a *planche I...*).

E se — reportando-nos de novo ao estudo das epígrafes — continuamos a não compreender a existência nas aras de campos epigráficos tridimensionais, outros pormenores serão de ter em conta:

— *N.º 23*: uma vez que, embora como hipótese, se reconstitui a invocação I.O.M., não seria de colocar este texto na sequência das dedicatórias a Júpiter? A sua importância para o estudo da religião em geral — mais do que para o culto imperial —* é inegável.

— *N.º 57*: «*Cohvetena* deve aproximar-se duma outra divindade conhecida sob o nome de *Covetina*, que sofreu numerosas variantes ortográficas». Esta não será uma das variantes?

— *N.º 63*: A pedra não permite uma leitura tão evidente quanto a reconstituição o dá a entender. A existência duma linha com o cognome do dedicante é postulada pelas dimensões do monumento e pelo próprio texto. As 1. 1 e 2 não nos parecem claras.

— *N.º 64*: Não é claro que o dedicante tenha os *tria nomina*. A nota 27 refere o *nomen Auge*, que é, afinal, um teónimo (ILER 746).

— *N.º 80*: A interpretação é duvidosa, pelo menos no que respeita à intercalação de *uxor*.

O livro honra os seus autores e, embora não revele o fôlego histórico que lhes conhecemos, será doravante obra de referência obrigatória.

JOSE D'ENCARNAÇÃO